



Desenvolvimento a partir de uma leitura marxista

Rogério Faé¹

Resumo

Partindo da construção de Lukács (2009), o crescimento econômico possui três principais orientações evolutivas. A primeira defende um processo crescente de acumulação financeira, com base no aumento da mais-valia. A segunda que o crescimento só pode acontecer com base no trabalho humano, através do qual os processos naturais são permanentemente transformados e socialmente humanizados. A terceira põe em pauta o predomínio econômico do mercado mundial. Ao considerar-se o tema do desenvolvimento sob as premissas acima, fica evidente que a relação dialética entre processo de acumulação e trabalho está na base dos construtos que predominam em escala global em defesa do crescimento econômico. Nesse sentido, busca-se recuperar a origem da construção temática do desenvolvimento, articulando-o com a emergência simultânea do ideário do neoliberalismo. A partir dessa articulação, pode ficar mais claro porque as abordagens predominantes sobre desenvolvimento, chegando ao neodesenvolvimentismo no Brasil contemporâneo, trazem desde o berço uma forte associação com o neoliberalismo e se renovam junto com ele, em um processo que corresponde às necessidades para superação de novos obstáculos à acumulação que se colocam em um contexto de crise estrutural do capital.

Palavras-Chave - Desenvolvimento, Capitalismo, Neoliberalismo

Development from a marxist perspective

Summary

According to Lukacs (2009), economic growth has three main evolutionary guidelines. The first advocates a growing process of financial accumulation, based on increased surplus value. The second argues that growth only occurs through human labor, in which natural processes are transformed and socially humanized. The third raises the question the economic dominance of the world market. Considering development in terms of the above assumptions, there is an evident dialectical relationship between the process of accumulation and labor. This relationship is the basis for constructs that predominate on a global scale linked with the defense of economic growth. Therefore, we seek to review the conceptual origins of development in relation to the simultaneous emergence of neoliberal ideology. Adopting this approach, the relationship between the prevailing concepts of development and neoliberalism become clearer, as does its influence on contemporary neodevelopmentalism in Brazil, in

¹ Psicólogo, Mestre em Psicologia Social e Doutor em Administração. Professor Adjunto. Programa de Pós-Graduação em Administração / Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/EA/UFRGS)

which there is a need to overcome new barriers to accumulation within the context of a structural crisis of capital.

Keywords - Development, Capitalism, Neoliberalism

Desarrollo basado de una lectura marxista

Resumen

De acuerdo con Lukács (2009), el crecimiento económico tiene tres principales orientaciones evolutivas. La primera defiende un proceso creciente de acumulación financiera, basado en el aumento de la plusvalía. La segunda que el crecimiento sólo puede ocurrir con base en el trabajo humano, mediante el cual los procesos naturales son continuamente transformados y socialmente humanizados. La tercera pone en cuestión la dominación económica del mercado mundial. Al considerar la cuestión del desarrollo bajo los supuestos anteriores, es evidente que la relación dialéctica entre la acumulación y el proceso de trabajo está en la base de las construcciones que predominan a nivel mundial en defensa del crecimiento económico. Por consiguiente, se busca recuperar el origen de la construcción temática del desarrollo, vinculándolo con la aparición simultánea de la ideología del neoliberalismo. A partir de esta articulación se puede tornar más claro **porque** los enfoques predominantes de desarrollo en lo contemporáneo neo-desarrollismo, llegando a Brasil actual, traen una fuerte asociación con el neoliberalismo y si renuevan con él, en un proceso que satisface las necesidades de superación de nuevas barreras a la acumulación que surgen en un contexto de crisis estructural del capital.

Palabras-clave - Desarrollo, Capitalismo, Neoliberalismo

Introdução

Para Lukács (2009) o conceito de desenvolvimento que pode ser apreendido da construção teórica de Marx está vinculado ao aumento da complexidade em relação a uma determinada estrutura, ao longo do tempo. Com base nessa construção teórica, Bonente (2011, p. 2) defende que no “[...] caso da sociedade (abstratamente considerada), esse aumento no grau de complexidade poderia ser traduzido no *crescimento da sociabilidade* em sentido extensivo (aumento da quantidade de componentes predominantemente sociais como elementos mediadores da vida em sociedade) e/ou intensivo (crescente complexidade dos componentes já existentes) [...]”.

Para Lukács (2009), o crescimento econômico como norteador do processo de acumulação pressuposto ao sistema capitalista tem como principais orientações evolutivas: 1) redução do tempo de trabalho necessário à reprodução dos homens; 2) recuo das barreiras naturais; e 3) criação de ligações quantitativas e qualitativas de intensidade crescente entre as sociedades singulares. A primeira orientação defende um processo crescente de acumulação financeira, com base no aumento da mais-valia. A segunda que o crescimento só pode

acontecer com base no trabalho humano, no qual os processos naturais são permanentemente transformados e socialmente humanizados. O terceiro põe em pauta o predomínio econômico do mercado mundial e “[...] mostra que a humanidade já se unificou, pelo menos no sentido econômico geral” (LUKÁCS, 2009, p. 137).

Ao considerar-se o tema do desenvolvimento sob as premissas acima, fica evidente que a relação dialética entre processo de acumulação e trabalho tem que ser pensada como base aos construtos que predominam em escala global em defesa do crescimento econômico. Nesse sentido, no item que segue recupera-se a origem da construção temática do desenvolvimento, articulando-o com a emergência simultânea do ideário do neoliberalismo. A partir dessa articulação, pode ficar mais claro porque as abordagens predominantes sobre desenvolvimento, chegando ao neodesenvolvimentismo no Brasil contemporâneo, trazem desde o berço uma forte associação com o neoliberalismo e se renovam junto com ele, em um processo que corresponde às necessidades para superação de novos obstáculos à acumulação que se colocam em um contexto de crise estrutural do capital.

Industrialização, neoliberalismo e a síntese neoclássica keynesiana em Rosenstein-Rodan

A temática do desenvolvimento como crescimento econômico ganhou relevância a partir dos estudos realizados por um grupo de pesquisadores que direcionaram seus esforços para a superação dos problemas que ganharam evidência durante as conferências de Breton Woods, ocorridas em 1944 e que, mesmo antes do final da Segunda Guerra, buscavam meios de integrar os países considerados atrasados à economia mundial e de maneira subsidiária às economias dos países da Europa e dos EUA. Segundo Esteva (2007), a palavra teria sido usada pela primeira vez por Wilfred Benson, funcionário da OIT, em 1942, no contexto de uma abordagem sobre “progresso econômico das áreas subdesenvolvidas”. Entretanto, como indica esse mesmo autor, o conceito só adquire importância e difusão a partir da muito conhecida manifestação de Harry Truman na sua posse como Presidente dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 1949.

O fato é que, antes disso, Rosenstein-Rodan (1943) já havia formulado suas proposições. Puello-Socarrás (2013) chama atenção para o fato de que os eufemismos desenvolvimento/subdesenvolvimento são conceitos eminentemente neoliberais. Para evidenciar esse argumento, o autor recupera o vínculo de Rosenstein-Rodan com a terceira e a quarta gerações da Escola de Viena e habitual participante dos seminários organizados por Von Mises durante as décadas de 1920-1930. É preciso, portanto, superar um entendimento

superficial segundo o qual as posições desse pioneiro na teoria econômica do desenvolvimento seriam contraditórias com o neoliberalismo porque o modelo do “Grande Impulso” (a ser abordado mais adiante) inclui um amplo programa de industrialização a partir de investimentos públicos nos países subdesenvolvidos. Para apoiar seu argumento sobre a renovação do neoliberalismo contemporâneo, Puello-Socarrás (2014) revisa três vertentes: a anglo-norte-americana, a austríaca e a alemã. A partir daí sistematiza três sínteses com seus principais autores: a primeira síntese neoclássica-keynesiana² (J. Hicks, F. Modigliani, L. Robins, N. Kaldor, A. Lerner, P. Rosenstein-Rodan, F. A. von Hayek, J. Tobin, P. Samuelson) e a segunda síntese neoclássica-keynesiana (P. Romer, R. Lucas, T. Sargent, R. Clarida, J. Gali, M. Gertler, M. Woodford); a síntese austro-americana ou quarta geração da Escola de Viena (J. Buchanan, I. Kirzner, M. Rothbard, M. Lemhoz, G. O’Driscoll, A. Schotter, L. Moss, E. Ostrom).

O que interessa aqui é situar Rosenstein-Rodan no seio do neoliberalismo em sua primeira formulação, propiciando um entendimento mais amplo sobre o surgimento da díade desenvolvimento-subdesenvolvimento e do receituário para desenvolver-se, lembrando ainda que a economia do subdesenvolvimento era considerada “tema de crescente importância tanto para as nações desenvolvidas quanto para as subdesenvolvidas de todo o mundo” (AGARWALA e SINGH, 1969, p. 10)³. Esses esforços tiveram, portanto, por principal função articular a economia mundial, definindo regras para as relações financeiras e comerciais, em escala global.

O sistema Bretton Woods possibilitou a emergência de regras, instituições e procedimentos com vista à regulação político-econômica internacional. Entre as instituições que ali obtiveram as condições necessárias à sua viabilização, a mais importante foi a Organização das Nações Unidas (ONU) e, sob seus auspícios, foram criados o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Instituições que se tornaram operacionais em 1946 (ONU, 2008).

Cabe lembrar que a criação dessas organizações ocorreu em um contexto de desorganização socioeconômica europeia, de ascensão dos EUA à posição de potência ocidental única e, principalmente, sob o risco eminente de repetição de uma situação recessiva como a de 1929. A alternativa encontrada para evitar uma nova catástrofe, equivalente ou pior

² O termo síntese neoclássica foi disseminado por Samuelson (1955) e expressava a visão dominante de macroeconomia que emergiu em meados dos anos 1950 nos Estados Unidos. Essa síntese permaneceu dominante até a crise do capitalismo da década de 1970. A diferença com relação à economia neoclássica reside na suposição de que o pleno emprego não aconteceria em um ambiente de *laissez-faire*, em vez disso, seria necessário o uso adequado de fundos públicos e de políticas fiscais para garantir o crescimento da economia.

³ Trata-se de uma coletânea dos principais artigos que abordam o tema do desenvolvimento, tendo sua primeira versão no ano de 1959, em Inglês. Os textos que compõem a obra foram publicados originalmente entre os anos de 1943 e 1956.

que o *crash* da bolsa, foi a criação de uma estrutura global negociada entre os países centrais, de maneira a buscar a estabilidade das relações econômicas (HOBSBAWN, 1995). Estratégia que buscou a disseminação de ideias ligadas ao processo de industrialização ao maior número de países; assim como transformação da população não produtiva em mão de obra fabril, que passa a ser qualificada como fator de produção, à semelhança dos recursos naturais e do capital (ROSENSTEIN-RODAN, 1943; LEWIS, 1954).

Viner (1953), ao defender o processo de industrialização como fator de desenvolvimento, salientou as vantagens dos produtos manufaturados em relação aos produtos primários, já que os primeiros apresentavam menor flutuação dos preços, o que por consequência, diminuiria o grau de insegurança quanto aos valores dos produtos. Essa tese ganhou novas perspectivas com os estudos de Clark (1953), que buscou demonstrar que o crescimento industrial observado nos países centrais teve como fator-chave a migração da população agrícola para o meio urbano, elevando a renda média. Esses estudos exerceram forte influência ao tornarem evidente, quantitativamente, as diferenças entre a Europa (industrializada) e o resto do mundo (agrícola), com base na renda *per capita*⁴.

Assim, estavam formadas as bases de uma ideologia que estimulava a crença em um processo evolutivo que dependia, em grande parte, do direcionamento dos esforços das próprias nações subdesenvolvidas em relação à eficácia na exploração dos recursos existentes em seu interior.

Naquele contexto, ganhou relevância o trabalho de Rosenstein-Rodan (1943, p. 252) que abriu seu artigo pioneiro em defesa do desenvolvimento da Europa Oriental e Sul-Oriental argumentando que o processo de industrialização de áreas deprimidas⁵ interessava ao mundo como um todo. “É o meio para que se alcance distribuição de renda mais equitativa entre diferentes áreas do mundo através da elevação de renda nas regiões deprimidas a uma taxa mais alta do que nas ricas”.

O autor defendeu, ainda, a estabilização e aperfeiçoamento dos “sadios princípios da divisão internacional do trabalho”, que trariam como vantagens às nações atrasadas: a) progresso mais rápido e ampliação do poder de consumo; b) implementação de indústrias leves e intensivas em mão de obra (aproveitando o desemprego disfarçado), complementares às indústrias pesadas dos centros industriais; c) importação de produtos intensivos em capital e tecnologia (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 253).

⁴ Registre-se que a ideologia que produziu as supostas bases científicas partiu da descrição quantitativa de aspectos escolhidos sobre as condições sociais e econômicas dos países. Por mera descrição e agrupação os atributos presentes nos países centrais foram tomados como referência para os demais.

⁵ Nesse artigo é introduzida a analogia entre baixa industrialização/subdesenvolvimento/área ou região deprimida, muito usada até hoje.

Nesse sentido, Rosenstein-Rodan (1943) apontou para a industrialização das áreas deprimidas com o conseqüente redirecionamento do excedente de mão de obra agrícola para as atividades industriais. Assim como definiu como primeiro passo necessário para a industrialização, o treinamento e habilitação com vista à transformação dos camponeses em operários industriais.

O autor sugeriu, ainda, a criação de uma rede de empresas com base em economias externas, onde a complementação proporcionada pelas diferentes indústrias constituiria um argumento fundamental a favor de um plano de industrialização em larga escala. Nesse sentido, Rosenstein-Rodan (1943, p. 255-256) destacou que o próprio aumento dos custos de mão de obra requisitados pelo processo de industrialização seria um dos principais fatores de fomento dessa rede de indústrias, pois, se

[...] um milhão de trabalhadores desempregados fossem retirados do campo e colocados, não em uma indústria, mas em toda uma série de indústrias que produziram o grosso dos produtos em cuja compra os trabalhadores gastariam seus salários [...] seria criado o seu próprio mercado adicional, realizando-se assim uma expansão da produção mundial com um mínimo de perturbação do mercado mundial. As indústrias que produziram o grosso dos bens a serem adquiridos com salários poderiam ser chamadas, portanto, de complementares. A criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura e, visto que o risco pode ser considerado um custo, reduzia os custos. É, nesse sentido um caso especial de “economias externas”.

Outros dois tipos de economias externas poderiam ser criados: inter-empresas, naqueles casos em que havia complementaridade produtiva; e aquelas que surgem em função da criação de novas empresas a partir do núcleo inicial.

Torna-se visível, assim, uma organização social na qual o aumento da eficácia do trabalho, por um lado, leva a uma situação de aglomeração de trabalhadores fabris cada vez mais dependentes do salário e dos produtos gerados no próprio ambiente urbano; por outro, a uma crescente possibilidade de controle e mecanização do trabalho que depende da articulação entre nações que produzem produtos capazes de serem escoados em escala global.

Para isso, o Estado, também, possuía um papel chave já que, para o autor, o investimento necessário para esse tipo de empreendimento extrapolava aquele direcionado diretamente para a produção, incluindo fatores ligados à infraestrutura, tais como: transportes, energia, etc. Nesse aspecto, o investimento planejado e comum às várias empresas que se beneficiariam, mesmo em bloco, poderia não ser suficiente ou não estar disponível na velocidade adequada ao processo de crescimento, razão pela qual o Estado deveria ser

chamado à participação. Se esse último complementasse os investimentos, de forma a disponibilizar capital suficiente para investimento em indústrias básicas, o efeito multiplicador levaria, “naturalmente, a uma crescente industrialização” (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 258), criando determinado equilíbrio e padrão de investimentos exitosos.

É necessário salientar que Rosenstein-Rodan caracteriza-se por ser, senão o principal, um dos principais influenciadores do pensamento desenvolvimentista que passou a vigorar após a Segunda Guerra, ao defender a promoção da industrialização como recurso de estabilização e ampliação do mercado mundial com base em uma lógica que utiliza como argumento central a prescrição da conversão dos camponeses em proletários, ou seja, em trabalhadores urbanizados e da indústria.

Ao justificar essa prescrição, o autor, supunha a existência de um excesso de mão de obra camponesa, o que geraria desperdício de potencial produtivo, com alto consumo relacionado à subsistência e com baixa lucratividade *per capita*. Assim, há indicação de soluções para um problema declarado como pré-existente: o do desemprego disfarçado. Como esse se caracterizaria pela baixa produtividade e renda das atividades agrícolas, a utilização da força de trabalho na produção industrial aumentaria a taxa de utilização e produtividade da mão de obra, provocando crescimento da renda nos países atrasados e, por consequência, geraria uma massa adicional de consumidores integradas ao mercado global.

Seguindo a trilha de Rosenstein-Rodan: a decolagem para o crescimento de Rostow

Objetivando avançar em relação à construção teórica de Rosenstein-Rodan, Rostow (1956; 1961) construiu sua lógica em torno do pressuposto de um processo evolutivo no qual, em etapa avançada, o crescimento econômico se tornaria mais ou menos automático. Nesse sentido, propôs cinco estágios ao desenvolvimento, partindo da sociedade tradicional e atingindo seu ápice na sociedade de consumo de massa.

Ao associar o processo de crescimento à expansão do mercado global e tornar o próprio desenvolvimento sinônimo de tal expansão, a sociedade de consumo de massa passou a ser considerada como símbolo máximo de desenvolvimento e é a partir dessa meta que deveriam ser pensadas as posições e modelos que serviriam de exemplo às nações subdesenvolvidas.

Cabe destacar que, para Dos Santos (2000), a construção teórica de Rostow, principalmente posterior ao seu texto de 1961⁶, de forma articulada com a teoria do

⁶ ROSTOW, Walter Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um Manifesto Não-Comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

crescimento equilibrado, defendeu a necessidade de governos fortes nos países considerados subdesenvolvidos como meio para condicionar os padrões de desenvolvimento. Essa posição teria influenciado decisivamente a disseminação de ditaduras militares com posturas desenvolvimentistas que se abateram sobre grande parte das nações Latino-Americanas, entre as décadas de 1960 e 1980.

Em consequência dessa lógica, as formas defendidas como as mais vantajosas para viabilizar os investimentos necessários nos países subdesenvolvidos, na falta de poupança interna suficiente, seriam empréstimos internacionais e a plena integração na economia mundial, sob a lógica da divisão internacional do trabalho. Ratificando, nesse aspecto, a prescrição inicial de Rosenstein-Rodan (1943) e dos autores que o seguiram.

Em relação à poupança interna, a proposta de crescimento com base na contenção do consumo e estímulo à poupança, que teve no Japão seu mais forte e bem sucedido modelo, levou alguns teóricos, entre eles Lewis (1954), a considerar a concentração de renda como um atributo de fundamental importância para a obtenção da desejada poupança, com a finalidade de fomentar o processo de industrialização (DOS SANTOS, 2000).

Nesse ponto, é necessário lembrar que a lógica que prevaleceu não se direcionou para a defesa da diminuição das diferenças de renda entre as populações das diversas nações (ROSENSTEIN-RODAN, 1943), que é claramente posta em segundo plano. O principal objetivo era estabilizar o sistema com base na divisão internacional do trabalho, de maneira a ampliar o mercado via processo de industrialização.

Os principais articuladores da lógica em defesa do crescimento econômico, em escala transnacional, se posicionaram de maneira a manter ou ampliar os benefícios conquistados pela disseminação da ideologia que defendia as benesses da evolução econômica, através das quais a própria população – que teve sua subsistência condicionada cada vez mais pelas regras de mercado – se direcionou para a defesa de práticas ligadas ao processo de industrialização, como forma de manter seus padrões de consumo, seja no nível ostentatório ligado às elites, seja em níveis mínimos à subsistência.

Por último, cabe salientar que a tese ligada ao crescimento equilibrado, já no início da década de 1960, passou a ser questionada por autores que passaram a diagnosticar incapacidade estatal em fomentar o desenvolvimento. Razão pela qual passaram a buscar alternativas que proporcionassem a manutenção do sistema global a partir de novas premissas, como será visto a seguir.

O desequilíbrio e a desigualdade como fatores de promoção do crescimento

Hirschman (1961), com base nas construções de Perroux (1977) e Boudeville (1973), partiu da crítica direta à ideologia do desenvolvimento equilibrado. Segundo o autor, nessa lógica o desenvolvimento só seria possível a partir da criação conjunta de grande quantidade de indústrias interligadas por relações comerciais entre elas, em decorrência da incorporação das ideias do grande impulso (ROSENSTEIN-RODAN, 1961) e da decolagem para o crescimento (ROSTOW, 1961).

Neste ponto, Hirschman (1961, p. 86), ao apresentar sua tese sobre o que é desenvolvimento, examinou as limitações do projeto ligado ao desenvolvimento equilibrado: “o ponto principal, a meu ver, é que essa teoria [desenvolvimento equilibrado] falha como teoria desenvolvimentista. Desenvolvimento presumivelmente significa o processo de transformação de um tipo de economia em algum outro tipo mais evoluído. Entretanto, desiste-se de tal processo, porque se acha difícil visualizar como o equilíbrio do subdesenvolvimento pode ser desfeito em algum ponto”.

Para o autor, o desenvolvimento equilibrado ao pressupor uma evolução linear que sobreponha à economia tradicional outra inteiramente nova e moderna, daria vida a um conceito de desenvolvimento dualista, no qual as nações atrasadas não teriam outra opção senão direcionarem seus esforços para a superação da situação de subdesenvolvimento via industrialização e, principalmente, para um processo que possibilitasse a transformação da sociedade como um todo.

Hirschman (1961), em contraposição, entendeu que o desenvolvimento não dependia apenas da eficácia do encontro entre as várias formas de recursos necessários ao crescimento econômico e à industrialização, mas, principalmente, do aproveitamento dos potenciais (recursos e aptidões) pré-existentes nas nações consideradas subdesenvolvidas, em estado latente. Nesse sentido, à semelhança do desemprego disfarçado que já havia sido evidenciado pelos economistas, as nações subdesenvolvidas seriam capazes de aportar certo capital e atividade empreendedora, assim como todos os demais subsídios que se fizessem necessários ao desenvolvimento, uma vez que esse processo se achasse em andamento.

Assim, a tarefa principal a ser focada no desenvolvimento das nações consideradas subdesenvolvidas passaria a ser de facilitação em relação à união dos potenciais e recursos disponíveis, seja em estado latente ou, mesmo, daqueles supérfluos num primeiro momento. Para Hirschman (1961) era, exatamente, a identificação desses potenciais inexplorados que se traduziria em ponto inicial do processo de desenvolvimento, pois seu aproveitamento iria propiciar a construção de um novo contexto direcionado ao desenvolvimento, passível de expansão até um determinado ponto máximo, que seria limitado pela real falta de insumos.

Nesse aspecto, o autor se colocou em uma posição diferente daquela defendida pelos autores que embasavam o desenvolvimento equilibrado, pois os recursos que estariam ausentes nos países considerados subdesenvolvidos não eram colocados em primeiro plano, de forma a ajustarem o desenvolvimento a partir dos recursos excedentes nos próprios países. Sob a lógica de Hirschman (1961) o capital financeiro e o maquinário – que pressupõe o processo de industrialização – ocupariam um papel não de impulsionador do desenvolvimento, mas de fator complementar ao processo desenvolvimentista, que teria em primeiro plano o aproveitamento dos recursos e condições pré-existentes.

O capital proveniente do exterior teria, para Hirschman (1961), dois papéis possíveis e diferenciados conforme o curso do processo de desenvolvimento. Enquanto as economias internas não se constituíssem em fator impeditivo do desenvolvimento, o capital estrangeiro poderia aportar habilidades e aptidões necessárias. Já, na fase em que o desenvolvimento atingisse o ponto máximo com base na poupança interna, o capital estrangeiro na sua forma monetária poderia favorecer a continuidade do processo. O autor salientava, ainda, a importância de um agente coordenador que direcionasse os esforços para a localização e aproveitamento dos vários elementos ocultos ou dispersos, assim como sua utilização de forma consciente e de maneira integrada e articulada. Esses fatores tornariam o desenvolvimento um processo menos espontâneo e mais refletido.

A espécie do *agente coordenador* – que, um tanto misteriosamente, se supõe dever organizar e efetivar a cooperação entre os muitos fatores, recursos e aptidões indispensáveis ao pleno êxito do desenvolvimento – torna-se agora mais clara. Parece consistir numa *perspectiva de crescimento*, que abrange não só o desejo de expansão econômica, mas também a percepção da natureza essencial da estrada que para lá conduz. (HIRCHMAN, 1961, p. 27)

Era a visualização das potencialidades existentes internamente que definiria as alternativas de transformação para os países considerados subdesenvolvidos, com suas necessidades, oportunidades e limitações; de forma a que o engenho humano voltasse a ocupar uma posição de relevo.

Em relação à posição do Estado, o autor, novamente em contradição com os construtores do modelo equilibrado de desenvolvimento, defendeu que os governos estariam localizados no mesmo espaço sociogeográfico em que as empresas buscam se situar, por consequência, se a iniciativa privada não tinha interesse ou condições de fazer os investimentos em infraestrutura necessários à implantação de um parque fabril de grande porte, nada garantia que as autoridades públicas teriam condições de efetuar gastos nas proporções requeridas.

Neste ponto, Hirschman (1961, p. 108) defendeu a tese de que o objetivo do processo de desenvolvimento deveria ser “[...] antes conservar do que eliminar os desequilíbrios, de que são sintomas os lucros e perdas na economia competitiva. Se a economia desejar manter-se ativa, o papel da política desenvolvimentista é conservar as tensões, as desproporções e os desequilíbrios”.

O desenvolvimento seria, assim, induzido pela tentativa de superação de um desequilíbrio prévio, que geraria novos desequilíbrios. Processo que, em movimento contínuo, produziria permanentemente a superação de desequilíbrios e, ao mesmo tempo, novos desequilíbrios, ganhando dinamicidade pela construção constante de soluções provisórias.

Alcança-se uma situação ideal quando [...] um desequilíbrio provoca um movimento desenvolvimentista que, por seu turno, cria um desequilíbrio similar, e assim por diante *ad infinitum*. Se tal cadeia de desenvolvimento não-equilibrado puder se estabelecer, basta aos criadores da política econômica observar ao largo o processo. Pode-se notar que, em tal situação, a capacidade privada de lucro e a deseabilidade social provavelmente coincidirão, não pela ausência de economias externas e sim porque o input e a produção de economias externas são os mesmos para cada empreendimento sucessivo. (HIRSCHMAN, 1961, p. 115)

Já, ao analisar as formas como ocorria o desenvolvimento em termos geográficos, Hirschman (1961, p. 276) argumentou que havia concentração espacial do desenvolvimento em torno dos seus pontos iniciais. Com base em Boudeville, defendeu que a “[...] desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento”.

Nesse sentido, para Hirschman (1961), a própria diferenciação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos seria a evidência mais tangível desse processo. Entretanto, tal diferenciação poderia ocorrer, também, entre regiões de um mesmo país ou, simplesmente, entre atividades econômicas ou entre grupos humanos que coexistissem em termos territoriais. Essas diferenciações eram, para o autor, facilitadoras de dinâmicas que poderiam levar ao afastamento dos elementos mais progressistas em relação aos demais. Esse afastamento, ao se concretizar e se institucionalizar, favoreceria a emergência de processos nos quais as regiões ou grupos considerados mais evoluídos obteriam privilégios, principalmente em termos governamentais, pelas possibilidades de pressão econômica e/ou política. Esse processo, por sua vez, poderia dificultar a aplicação de um planejamento macro do desenvolvimento por parte do agente governamental.

A proposta de Hirschman (1961) provocou a emergência de novas práticas ao identificar estratégias ligadas à indução do desenvolvimento sob a perspectiva prioritária das

potencialidades endógenas, onde a inversão de capital estrangeiro ocuparia posição complementar. Daí emergiu a valorização de variáveis ligadas à capacidade de articulação da firma nacional com a lógica dos mercados, assim como de influência dos atores qualificados como mais progressistas, principalmente, no que tange ao desenho das estratégias de desenvolvimento em escala nacional.

O autor se associou à ideologia predominante em defesa da manutenção dos padrões de crescimento ligados à expansão dos mercados globais via industrialização e, principalmente, assumiu uma posição que lhe garantiu receptividade ao ampliar a responsabilização dos países subdesenvolvidos pelo seu crescimento, pois a base sobre a qual se assentava tal processo passou a ser buscada nas potencialidades internas. O capital externo – seja na forma de conhecimentos, habilidades ou, mesmo, em sua forma financeira – somente seria demandado a partir do momento em que o ambiente esgotasse suas possibilidades internas. Sob tal premissa, pode-se supor que o investimento externo ao ser aplicado nas áreas subdesenvolvidas somente seria efetivado em estágio mais avançado, com maior grau de atratividade pelo retorno em menor espaço de tempo. O papel do poder público seria de exploração máxima dos vários recursos potenciais pré-existentes, assim como de coordenador do crescimento econômico que já não demandaria, como no desenvolvimento equilibrado, vultuosos investimentos externos, mas investimentos localizados e em pontos estratégicos.

As abordagens teóricas vistas até aqui compartilham uma visão de crescimento que, gradativamente: 1) buscaram maior eficiência produtiva, através do uso de tecnologia e racionalização do trabalho, e redução do investimento privado que passou a ter uma função de complemento, porém com um retorno mais rápido pela sua posição finalística e estratégica. Assim como atribuem às diversas nações a responsabilidade por sua atratividade aos olhos dos investidores privados; 2) propõem o aperfeiçoamento de um ambiente social que continuamente exclui formas alternativas às propostas pelo mercado global; e 3) buscam integrar as mais diversas nações através da delegação de atividades racionalmente articuladas com base na divisão internacional do trabalho.

Cabe destacar, entretanto, a crítica feita por Lukács (2009) segundo o qual a lógica que predomina em termos de crescimento econômico ao considerar apenas os dados matemáticos comparativos em relação, por exemplo, ao *PIB per capita* volta sua análise para uma evolução que não considera os condicionantes históricos, criando assim sensações onipotentes que somente conseguem avaliar e pensar com base nas mesmas lentes.

O que se esquece é que tais processos decorrem de escolhas feitas e que somente são passíveis de confirmação a *posteriori*. Entretanto, a lógica que predominava e que pôs à sombra o poder das relações de produção enquanto origem da organização socioeconômica, não deixou de se metamorfosear ao longo das décadas.

O neodesenvolvimentismo

As teorias do nacional desenvolvimentismo erigidas nas décadas de 1950 e 1960 que buscavam relações competitivas menos desiguais entre as diversas nações – através do processo de industrialização substitutiva de importações e da tentativa de incorporação dos centros de decisão (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1961) – ao serem revitalizadas pelos teóricos que defendem ideias vinculadas ao novo desenvolvimentismo no início do século XXI não deixaram de valorizar a competição entre nações. Entretanto, o que passou a se buscar foram relações nas quais o Estado não ocupe uma posição de planejamento e direcionamento de uma forma de desenvolvimento que priorize as necessidades e realidades internas; mas, articulações entre mercado em escala global e Estado como prospector e facilitador do investimento privado; assim como passa a ser explicitada ao Governo Nacional uma função de promotor de políticas públicas direcionadas à esfera social que sob uma ideologia de melhoria das condições de vida, não faz mais do que arcar com os custos sociais do processo de crescimento econômico.

Relevante salientar que a própria revitalização do nacional desenvolvimentismo no início do século XXI só foi possível pela crise em relação às propostas neoliberais que pôs em questão sua ineficiência em promover o crescimento e reduzir os problemas sociais experimentados pelos países subdesenvolvidos (RIDENTE, 2009). Razão pela qual a lógica que passou a predominar nos países da América Latina, buscou integrar o fortalecimento do mercado de forma que os governos nacionais promovessem estratégias nacionais de desenvolvimento capazes de facilitar o investimento privado.

O contexto em que tal processo ocorre é de localização da maior parte da população global no ambiente urbano e em condições de dependência da lógica de mercado para sua própria sobrevivência, o que demonstra o sucesso da ideologia que vê no crescimento econômico (e, por consequência, no processo de transformação dos camponeses em proletários) os meios necessários para o processo de desenvolvimento.

Neste sentido, no que tange à relação entre Estado e mercado, Sicsú, Paula e Michel (2007, p. 509) defendem que a melhor alternativa é a que pensa um

Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte. Nossas teses [...] são as seguintes: (i) não haverá mercado forte sem um Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão

construídos por uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas.

O Estado aparece, assim, com um papel de planejamento estratégico que busca facilitar a disseminação das relações de mercado em escala global. Um exemplo disto é a lógica defendida pela atual presidente do Brasil que, com vista ao crescimento que estaria na base do estímulo às políticas sociais, defende que é através do “[...] crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional” (ROUSSEFF, 2011, s/p.).

Os aspectos determinantes da ideologia que predomina atualmente defendem que a melhoria das condições de vida da população depende do desempenho econômico, com a ressalva feita por alguns autores de que existe atualmente uma preocupação em focar como centro das atenções a melhoria das condições de vida (RANDS, 2010; MERCADANTE, 2010).

É necessário salientar, entretanto, que a preocupação com a melhoria das condições de vida, tem na questão social um meio de evitar resistências provocadas pelas consequências da forma de acumulação pressuposta à lógica capitalista. Neste aspecto, cabe destacar que desde a construção teórica de Baran (1964) se considera a capacidade de contenção das massas despossuídas como essencial à manutenção do sistema capitalista. Assim como, esta capacidade de contenção ao ser associada a estratégias ligadas à formação de mão de obra, distribuição de renda, com a consequente capacidade de consumo opera, ainda, como uma estratégia de fortalecimento do próprio sistema (BONENTE, 2011; VALENCIA, 2008).

Deste modo, à semelhança das construções teóricas em defesa das economias externas, é importante salientar a preocupação com a formação de um mercado consumidor interno que fomente o crescimento do parque fabril. No que se relaciona às estratégias o foco se direciona para a capacidade de articulação com o mercado internacional, via incentivos aos investimentos privados e com a possibilidade de produção de produtos competitivos tanto em nível interno como externo (HIRSCHMAN, 1959; BRESSER-PEREIRA, 2006; MERCADANTE, 2010; RANDS, 2010).

Mesmo em relação à capacidade de consumo, as políticas públicas incentivadas a partir do neodesenvolvimentismo definem práticas ligadas ao fomento do consumo interno como meios para a indução do investimento privado incentivadas por programas governamentais ligados, por exemplo, à democratização do acesso ao crédito e da implementação de programas sociais de transferência de renda, entre outros (MERCADANTE, 2010; RANDS, 2010).

Neste aspecto, o desenvolvimento idealizado pelos ideólogos do neodesenvolvimentismo está vinculado a uma estratégia de crescimento articulado ao mercado capitalista internacional e desenhado por meio de articulações mercadológicas pensadas em escala global e que reforçam a divisão internacional do trabalho que delega às nações subdesenvolvidas uma posição de produtores de matéria-prima e *commodities*.

Posição que fica evidente em um documento emitido pela CEPAL em 1990 - que posteriormente influenciou os autores vinculados ao ideário neodesenvolvimentista - cuja construção foi coordenada por Fernando Fajnzylber em 1990. Naquele documento afirma-se que

A industrialização constitui o eixo da transformação produtiva, principalmente por ser portadora da incorporação e difusão do progresso técnico, mas também porque, na nova situação deve ultrapassar o estreito contexto setorial em que foi abordada e se vincular com a exploração de produtos primários e a área de serviços, de maneira a integrar o sistema produtivo e tender para a homogeneidade progressiva dos níveis de produtividade (CEPAL, 1990, p. 895).

Cabe salientar que Osório (2012) em contraponto à lógica industrializante argumenta que, apesar da continuidade em termos de ideologia que defende a divisão internacional do trabalho, na América Latina, o foco agora está vinculado à especialização produtiva como principal mecanismo de produção de mais-valia, o que ele denomina de ‘novo padrão exportador de reprodução do capital’ e que agora delega às nações subdesenvolvidas atividades extrativas de recursos naturais.

Neste ponto cabe retomar a crítica à especialização produtiva erigida por Osório (2012, p. 37), segundo o qual o “[...] pressuposto epistemológico que justifica tal especialização é a ideia segundo a qual, na medida em que se alcancem as partes últimas da realidade (“átomos” em sentido estrito a parte sem partes), por consequência podemos explicar a vida social”.

A ênfase está nas coisas em si, não na relação, razão pela qual em “[...] diversas análises e na maioria dos discursos oficiais, a elevação da capacidade exportadora é apresentada como um símbolo de fortaleza econômica, quando não de desenvolvimento” (OSÓRIO, 2012, p. 104).

Proposta que contrasta a alta tecnologia utilizada na extração de minérios e as condições de produção no que refere às consequências para a mão de obra, que reeditam os velhos vetores ligados ao crescimento. Quanto mais avançada é a tecnologia utilizada menor será a necessidade de mão de obra especializada que passa a ocupar função cada vez mais padronizada e desvalorizada em termos de remuneração, assim como a própria eficiência

produtiva pressupõe a redução no número de trabalhadores para produção da mesma quantidade de produtos⁷ (BRAVERMAN, 2011).

Entretanto, se, por um lado, permanece sendo o trabalho humano fator viabilizador do processo de acumulação capitalista enquanto produtor de novas tecnologias que são postas a serviço do capital; por outro, a ideologia que predomina põe à sombra o fator humano ligado à produção. Por razões vinculadas à sobrevivência individual que impera na lógica atomista, e em um contexto que não fornece muitas condições a não sujeição à lógica de mercado, a sensação que se tem é de não ter saída a não ser se submeter ao processo que predomina em escala global e que coloca o próprio recuo das barreiras naturais promovido pelo trabalho humano a serviço da reprodução do capital.

Por último, porém não menos relevante, estão as relações estabelecidas entre as sociedades singulares, que no novo padrão exportador de reprodução do capital como proposto por Osório (2012), são viabilizadas pela incorporação de atores individuais nas mais variadas escalas a uma ideologia que busca a eficiência máxima naquelas atividades delegadas pela divisão internacional do trabalho e que, por meio da especialização produtiva, dão sua contribuição ao progressivo crescimento econômico em escala global.

Entretanto, as consequências da ideologia que predomina são sentidas nos mais variados espaços, seja através da espoliação do trabalho ou da relação competitiva que se estabelece e que atribui àqueles que não conseguem se inserir no mercado de produção e consumo uma posição de fracasso.

Entretanto, são obscurecidas à grande parcela da população conclusões que advém da, neste caso, insuspeita ONU e do próprio BIRD, que já em 1973 reconhecem o aumento no grau de desigualdade entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, assim como no interior das nações (MCNAMARA, 1973). Razões pelas quais se atribuiu aos governos nacionais uma forma de abordagem que não deveria se preocupar apenas com o aspecto econômico, já que “[...] a priorização do crescimento sem uma preocupação adequada com igualdade é socialmente desestabilizadora e, frequentemente, violenta; já, a focalização da igualdade sem preocupação com o crescimento tende à estagnação econômica” (MCNAMARA, 1980, p. 17).

Ou seja, a questão permanece a mesma: há necessidade de manter o crescimento como forma de criar condições para a continuidade do capitalismo e, por consequência, do processo de acumulação a ele pressuposto. Se, neste caminho são criados problemas vinculados à esfera social devem ser pensadas políticas compensatórias por via dos governos

⁷ A questão da relação dialética entre inserção tecnológica e qualificação profissional, apesar de ser essencial à compreensão dos mecanismos pelos quais se dá a desvalorização constante da mão de obra em relação ao capital, foge ao escopo deste trabalho por razões de extensão do texto. Para os interessados, a leitura do texto de Braverman (2011) pode ser esclarecedora.

nacionais, tidos a partir de então como mediadores das relações de mercado e facilitadores dos investimentos privados.

Considerações Finais

Ao longo deste texto buscamos demonstrar como se deu o processo de desenvolvimento, entendido com base em Lukács (2009) como aumento da complexidade em relação a uma determinada estrutura, ao longo do tempo.

Processo que possui como orientações evolutivas: 1) redução do tempo de trabalho necessário à reprodução dos homens; 2) recuo das barreiras naturais; e 3) criação de ligações quantitativas e qualitativas de intensidade crescente entre as sociedades singulares.

Em relação à primeira orientação ficou evidenciado que o processo de efficientização pressuposto ao crescimento econômico, de forma geral, e à divisão internacional do trabalho, de forma específica, caracterizou-se primeiro identificado a industrialização como processo a ser disseminado em escala global. Posteriormente, com a identificação das limitações do neoliberalismo em promover o crescimento através da utilização de alta tecnologia e reduzir a pobreza dos países da América Latina, ganhou vigor uma lógica em defesa da utilização de alta tecnologia articulada com a reedição da delegação de atividades extrativas de recursos naturais a estes últimos. Processo que busca tornar a produção cada vez mais eficiente, assim como fomentar a acumulação adicional que daí advém.

Em relação ao recuo das barreiras naturais, cabe salientar que é em relação à consciência que o processo de industrialização das áreas deprimidas, segundo Rosenstein-Rodan, teve seu impulso inicial. Processo que buscou transformar trabalhadores rurais em trabalhadores fabris e seu sucesso deu-se em função da ideologia disseminada à época, segundo a qual seriam proporcionadas melhorias nas condições de vida. Entretanto, com a inserção maciça destes trabalhadores ao meio urbano, foram criadas situações de dependência das fábricas em relação à própria sobrevivência. Esta dependência possibilitou a utilização da mão de obra como recurso para o próprio aprisionamento humano ao direcionar suas ações sob uma lógica atomista que privilegia a sobrevivência individual e que põe à sombra os mecanismos pelos quais se dá a produção de mais-valia. Situação que se torna evidente nas práticas vigentes vinculadas à identificação de fracasso atribuída àqueles sujeitos que não conseguem se inserir eficazmente no mercado de trabalho.

Por último, mas não menos importante, ou mesmo posterior às duas orientações anteriores, está a articulação global que delega aos vários locais, regiões e/ou países papéis complementares em relação ao processo de produção articulado em escala global e que buscam não mais do que a contínua efficientização da produção com a acumulação

pressuposta. Neste ponto, as estratégias definidas em escala global inicialmente em defesa do processo de industrialização, passam a delegar aos países da América Latina posição de desenvolvedores de atividades extrativas de recursos naturais que apenas reproduzem os velhos mecanismos articulados pela divisão internacional do trabalho, porém sob nova roupagem.

Referenciais

AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra P. A Economia do Desenvolvimento. In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 9-14.

BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento**. São Paulo: Zahar, 1964.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba di Maio. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. 142 f. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

BOUDEVILLE, Jacques R. Os espaços econômicos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: LCT, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.

CLARK, Collin. A Expansão Demográfica e os Padrões de Vida. (1953). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 41-61.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. 12ª ed. New York: Zed Books Ltd, 2007. p. 6-25.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. (1961). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. São Paulo: Record, 2000. p. 239-262.

HARVEY, David. **The enigma of capital and the crisis of capitalism**. London: Profile Books, 2011.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

- HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos. O Breve Século XX. 1914-1991.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEWIS, W. Arthur. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de obra. (1954). In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra P. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 406-456.
- LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 225-245.
- MARX, Karl. **O capital.** 1.1, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2011.
- McNAMARA, Robert S. **Address to the Boards of Governors.** Washington DC: World Bank, 1973. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.
- McNAMARA, Robert. S. **Address to the Boards of Governors.** Washington DC: World Bank, 1980. Disponível em <www.worldbank.org>. Acesso em 20mai2008.
- MERCADANTE, Aloízio. *Brasil: a construção retomada.* São Paulo: Terceiro Nome, 2010.
- NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. (1953). In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra P. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 263-277.
- NURKSE, Ragnald. **Problems of Capital Formation in Underdevelopment Countries.** Oxford: Oxford University Press, 1953a.
- ONU. **Resoluciones Aprobadas por la Asamblea General durante o Sexto Periodo Extraordinario de Sesiones.** In: Asamblea General de las Naciones Unidas en el sexto período extraordinario de sesiones, 1974, New York. Disponível em <www.un.org>. Acesso em 19abr08.
- OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital.** São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.
- PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional – Textos Escolhidos.** Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- PREBISCH, Raúl. Por uma Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano. (1963). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** v. 1. São Paulo: Record, 2000. p. 451-488.
- PUELLO-SOCARRÁS, Francisco. Ocho tesis sobre el neoliberalismo (1973-2013). **Revista Espacio Crítico,** n. 18, p. 4-21, 2013.
- PUELLO-SOCARRÁS, Francisco. **Neoliberalismo, anti-neoliberalismo e novo neoliberalismo.** Apresentação realizada em Seminário do Grupo Organização e Práxis

Libertadora. Porto Alegre, Escola de Administração da UFRGS, setembro de 2014. Disponível em: <<http://puello-socarras.webnote.com.ar/ponencias>>. Acesso em: 22 set. 2014.

RANDS, Maurício. A era Lula – desenvolvimento, democracia e cultura política no Brasil. Recife: Bagaço, 2010.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Notes on the Theory of the Big Push. In: ELLIS, Howard S. **Economic Development for Latin America**. New York: St. Martin Press, 1961. Paginação Irregular.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problemas da Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. (1943). In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 251-262.

ROSTOW, Walter Whitman. A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-Sustentado. (1956). In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 159- 193.

ROSTOW, Walter Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um Manifesto não-Comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br>>. Acesso em 01 ago. 2012.

SAMUELSON, Paul. **Economics**. New York: McGraw-Hill, 1955.

SICSÚ, João; PAULA, Luis Fernando de; MICHEL, Renaut. **Por que novo-desenvolvimentismo?** *Revista de Economia Política*, nº 4, vol. 27, p. 507-524, out-dez/2007.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Londrina: Práxis, 2008.

VINER, Jacob. A Economia do Desenvolvimento. (1953). In: AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Surendra P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 17-39.